

Transparência e Integridade

Programa da Lista A

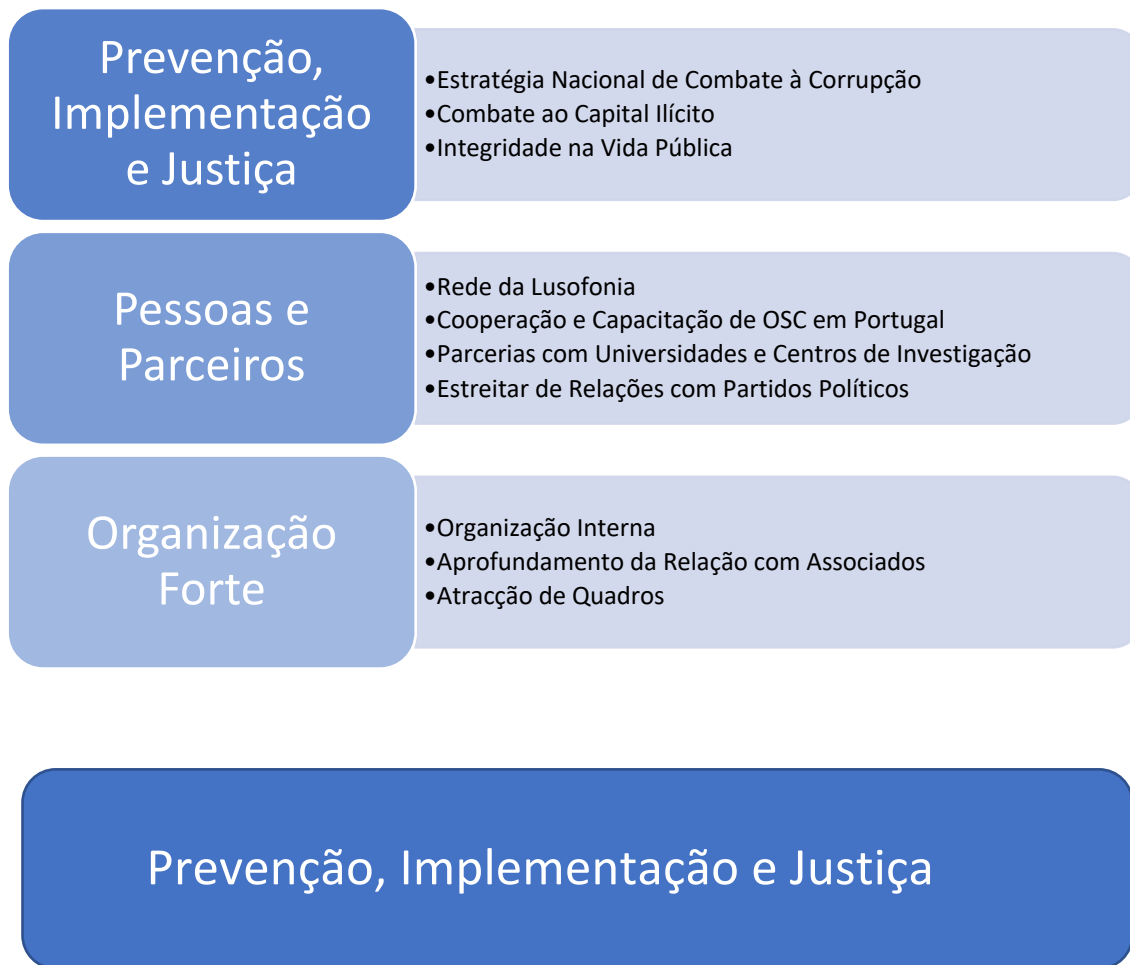
Candidata aos corpos sociais da TIAC 2020-2023

Desde a sua criação, em 2010, a Transparência e Integridade, Associação Cívica (TI-PT) tornou-se a organização da sociedade civil líder no debate sobre as políticas públicas de combate à corrupção e de promoção da transparência nas instituições do Estado. Prestes a entrar na sua segunda década de vida, novos desafios se avizinham, tanto a nível interno, como a nível nacional e internacional.

Por um lado, importa consolidar esse papel pivotal na sociedade civil, procurando manter a credibilidade do conhecimento e da intervenção pública que nos tem caracterizado. Este é um aspeto particularmente importante por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, os diversos atores políticos, tendo já compreendido a insatisfação dos cidadãos com o funcionamento das instituições democráticas, o impacto da ausência de uma cultura de esclarecimento e transparência e o impacto da corrupção nesse sentimento, ainda não revelaram uma verdadeira vontade em alterar a atual situação. Em segundo lugar, a corrupção é um tema caro a forças populistas, que frequentemente o instrumentalizam para ganhos políticos, sem que daí resultem ações e soluções concretas para os problemas da democracia e da boa governação.

Por outro lado, será fundamental dar resposta aos novos desafios colocados por um mundo em mudança, produzindo conhecimento sobre eles e introduzindo-os na agenda pública. Falamos, nomeadamente, de questões relacionadas com as redes transnacionais de apoio à corrupção, que visam branquear e permitir o usufruto dos produtos dessa criminalidade. Assim, a TI-PT deve alargar as suas competências a temas como a integridade financeira no desporto (uma área de risco de branqueamento de capitais com pouquíssima regulação e supervisão), a recuperação de ativos e a litigância estratégica ou a cooperação internacional.

Simultaneamente, enquanto membro da rede global da Transparência Internacional, a TI-PT deve enquadrar a sua ação dentro das linhas gerais do movimento. Assim, o que propomos é um programa para os próximos três anos que se encaixa nos três eixos de ação da Transparência Internacional, mas que se adapta ao nosso contexto e área de atuação.



1. *Estratégia Nacional de Combate à Corrupção*

Após a petição para o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Combate à Corrupção, importa agora dar seguimento ao trabalho e ao apoio conseguido pelos nossos apoiantes, de duas formas. A primeira é a monitorização das iniciativas do governo e do parlamento, fazendo pressão e *lobbying* quando necessário. A segunda é o desenvolvimento, em conjunto com a sociedade civil, de uma estratégia paralela, que poderá servir de proposta, caso a iniciativa do governo se revele infrutífera, ou como guião de análise para eventuais propostas políticas. Para tal, será necessário criar grupos de trabalho e de aconselhamento temáticos com especialistas de cada área.

2. *Combate ao Capital Ilícito*

2.1. *Vistos Gold*

Uma das campanhas mais mediáticas e com resultados mais visíveis da TI-PT, é uma frente que não está ainda fechada, pelo que importa continuar a pressão sobre as autoridades portuguesas, a campanha mediática e a parceria estratégica com outras Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e movimentos sociais, a nível nacional e internacional. Neste sentido, urge garantir:

- 2.1.1. *Transparência e controlo efetivo do Estado sobre este medida política;*

- 2.1.2. A legitimidade dos capitais usados para a sua obtenção, já que existem indícios de que os vistos Gold estejam a ser usados para branquear capitais de origem ilícita;
- 2.1.3. Que os beneficiários dos Vistos Gold não colocam em causa a Segurança Nacional nem são suspeitos ou condenados por crimes nos seus países de origem.

2.2. *Recuperação de Ativos*

A recuperação de ativos, fruto da corrupção e outros ilícitos, tanto a nível nacional como internacional, é fundamental no âmbito de trabalho da TI-PT. Não só funciona como forma de ressarcir os lesados da corrupção, em particular o Estado, como serve de desincentivo a potenciais criminosos. É uma área do combate à corrupção ainda pouco explorada no seio da TI-PT, mas igualmente em Portugal, pelo que devemos tomar a dianteira na investigação e introdução do tema na agenda pública.

2.3. *Integridade Financeira no Futebol*

A integridade financeira no futebol será um dos novos temas aos quais a TI-PT deverá dedicar atenção nos próximos 3 anos. Dada a dimensão deste desporto na economia e a sua importância na sociedade, é cada vez mais importante combater problemas endémicos do futebol como a propriedade de clubes e jogadores até a natureza opaca do sistema de transferências, licenciamento inadequado de clubes, regulamentação das atividades de agentes, evasão fiscal, branqueamento de capitais, corrupção nas compras e contratações e nos processos de licitação para eventos desportivos.

Por estes motivos, a TI-PT irá exigir:

- 2.3.1. mais transparência na divulgação de informação (propriedade dos clubes, transferências e informação financeira)
- 2.3.2. Responsabilidade fiscal - cumprimento de obrigações fiscais e sociais.

3. *Integridade na Política*

Na sua primeira década de existência, a TI-PT tomou como prioridade as questões da integridade e transparência na política e nas instituições públicas, tanto na investigação como na advocacia/comunicação. Apesar dos avanços dos últimos meses, decorrentes das novas regras introduzidas pela Comissão Parlamentar para a Transparência, o trabalho está longe de estar terminado. Nos próximos anos, será necessário acompanhar a implementação das novas regras e pressionar para a sua boa eficácia. Por outro lado, será fundamental continuar o trabalho de influenciar as políticas e a legislação, com vista ao aperfeiçoamento das regras e ao colmatar das falhas de regulação, mas também com melhorias de conteúdo, de transparência funcional, sistémica e não apenas mecânica, formal.

Pessoas e Parceiros

4. RedeGOV – Rede pela Boa Governança e Desenvolvimento Sustentável na Lusofonia

Foi lançada em 2017, a RedeGOV que junta OCS, investigadores académicos e ativistas oriundos dos países lusófonos, com vista reforçar as relações entre as sociedades civis dos países, criar uma parceria estratégica no seio do movimento internacional da TI e na comunicação junto das diferentes autoridades nacionais. Nos próximos anos é fundamental investir no aprofundamento da cooperação da RedeGOV através de eventos, parcerias e colaboração em investigações e campanhas.

5. Parcerias com Organizações da Sociedade Civil em Portugal

Enquanto organização líder na promoção do debate sobre a temática da boa governação no seio da sociedade civil portuguesa, a TI-PT tem sido abordada por outras organizações (como fundações, ONGs ou movimentos de cidadãos) para auxílio e/ou parcerias para acções relacionadas com acesso à informação, direitos civis ou lobbying, por exemplo.

6. Parcerias com Universidades e Unidades de Investigação

No domínio das universidades, estabelecer contactos e parcerias com o objetivo de estar presente em aulas e cursos temáticos da TI e com vista à:

- Promoção e Dinamização do Centro de Documentação
- Promoção de Investigação sobre as temáticas da corrupção e boa governança
- Identificação e atração de futuros quadros da TI-PT

7. Estreitar de relações com Partidos Políticos

No domínio dos partidos políticos, estabelecer contactos e reuniões para comunicar posições e propostas e disponibilizar a TI para dar formação a militantes, participar em eventos partidários (v.g., Universidade de Verão), fornecer posições, propostas, trabalhos e comunicações da TI, ou do interesse desta, aos partidos, etc.

Organização mais Forte

8. Relação com Associados

Aumentar e mobilizar a participação e capacitação interna, através do maior envolvimento dos associados nos processos de trabalho, socialização e de decisão da TI, da utilização e desenvolvimento de resposta do sistema de informação para esta primazia, se possível com aquisição de meios, suportes e demais equipamentos a fim de tornar a TI mais participada e capacitada para envolver os seus associados.

9. Atração de Quadros

Esta medida será uma consequência dos pontos 6 e 8, na medida em que a aproximação às universidades e aos associados permitirá despertar mais interesse sobre as áreas de actuação da TI-PT e permitirá desenvolver investigação e informação sustentada.

10. Financiamento

A sustentabilidade no longo prazo da TI-PT depende de garantir financiamento para manter uma estrutura de colaboradores que dinamize as iniciativas numa forma profissional e permanente, dando continuidade e aumentando o alcance do trabalho dos associados e voluntários.